

01 ANO DE LUTO

01 ANO DE LUTA

O descaso do poder  
público frente à tragédia  
anunciada das chuvas

Recomendações urgentes  
e fundamentais do GT  
Chuvas para garantir a  
saúde e segurança de  
famílias impactadas

maio de 2023



01 ANO APÓS ESSA TRAGÉDIA ANUNCIADA, FICA O QUESTIONAMENTO: ONDE ESTÁ O GOVERNO E AS PREFEITURAS? O QUE MUDOU NAS CONDIÇÕES DE VIDA DAS PESSOAS RESIDENTES EM ÁREAS PROPENSAS A DESASTRES?

O inverno de 2022 foi marcado por fortes chuvas e uma das piores tragédias socioambientais da história de Pernambuco. Diversas cidades do estado foram afetadas por alagamentos, inundações e deslizamentos de barreiras, que resultaram em pelo menos **130 óbitos e 128 mil pessoas desabrigadas e desalojadas.**

**NÃO É COINCIDÊNCIA, É RACISMO AMBIENTAL**

Ainda em 2022, organizações da sociedade civil denunciaram a **negligência do poder público** frente aos impactos das fortes chuvas, que afetam principalmente pessoas negras, pobres e periféricas, especialmente mulheres, crianças e idosos.

## NINGUÉM ESCOLHE MORAR EM ÁREA DE RISCO

Considerando que o inverno de 2023 já chegou, e que milhares de pessoas seguem vivendo em área de risco por não ter alternativa de moradia, reivindicamos os seguintes pontos com urgência:



### **Provisão de moradia adequada**

- Ampliar o acesso à moradia adequada para grupos mais vulnerabilizados, visando evitar o adensamento ou ocupação de novas áreas de risco;
- Promover moradia adequada em áreas bem localizadas, inclusive em imóveis abandonados ou subutilizados que não cumprem uma função social;
- Garantir que nenhuma família seja despejada do seu local de moradia sem a devida provisão de alternativa de moradia digna;
- Condicionar a desocupação de áreas de risco ao reassentamento das pessoas em condições dignas equivalentes ou superiores à condição original;



### **Prevenção e planos de contingência**

- Melhorar e ampliar formas de previsão, alerta e comunicação de desastres, e realizar simulações do sinistro;
- Mapear e divulgar informação sobre áreas de risco, incluindo perfil socioeconômico da população residente, e priorizar investimentos em prevenção de desastres;
- Identificar idosos, gestantes, pessoas com deficiência e demais moradores que demandam resgate prioritário;
- Definir e disseminar informação sobre rotas de fuga, apontando quais percursos são mais seguros em momentos de emergência;
- Elaborar e implementar um plano de gestão de risco e capacitação da população, buscando o fortalecimento de comunidades, organizações e representações de territórios populares, por meio de atividades de formação voltadas para os temas de direitos humanos, direito à cidade diante das mudanças climáticas;
- Garantir mecanismos para enfrentar as interfaces entre desastres, vulnerabilidade socioambiental e saúde pública;



### **Auxílio Emergencial**

- Ampliar o valor do auxílio emergencial, para que fique compatível com as perdas materiais das famílias e com as despesas referentes aos danos não materiais;
- Revisar os critérios para concessão do auxílio emergencial, permitindo a inclusão de beneficiários e pensionistas, pessoas que não estejam inscritas no CadÚnico, e pessoas que moram de aluguel;
- Reparação de danos das pessoas que não puderam acessar o auxílio emergencial em 2022.



### **Abrigos Emergenciais**

- Criar abrigos permanentes em área segura, mas próxima ao território, garantindo assim a convivência comunitária, e evitando o uso de estruturas educacionais, visando garantir condições dignas de abrigo, bem como a continuidade da atividade escolar;
- Criar, revisar e fiscalizar protocolos de atendimento para impedir coação dos abrigados;
- Criar ou aprimorar a rede de atendimento local, com atendimento especial e diferenciado às populações mais vulneráveis, como mulheres, idosos, crianças, pessoas com deficiência e pessoas trans, visando a proteção e a redução do risco de violações de direitos em decorrência a sobreposição de vulnerabilidades.



### **Atendimento de saúde médica e psicológica**

- Melhorar o atendimento de saúde médica e psicológica da população atingida, garantindo consultas e medicamentos nos postos de saúde das regiões atingidas, buscando a colaboração entre equipes de saúde do território e com participação comunitária
- Definir qual município é responsável pelo atendimento das pessoas residentes nas áreas próximas aos limites dos municípios (exemplo: Jardim Monte Verde é Recife ou Jaboatão?)





## Documentação

- Flexibilizar exigências quanto à documentação para pessoas que perderam documentos no desastre;
- Facilitar a emissão de documentos de identificação;



## Transparência e participação popular

- Garantir o acesso à informação e apoio jurídico às famílias, como em casos de ameaça de remoção, coação e indenização por danos materiais e morais.
- Garantir a transparência em relação ao recebimento e uso de recursos públicos;
- Garantir a participação da sociedade civil no monitoramento da dotação orçamentária destinada às políticas habitacionais e de prevenção e resposta à desastres;

[Acesse o Dossiê Completo](#)

